



EDUCAÇÃO INFANTIL: um relato de experiências a partir do estágio supervisionado do IFSULDEMINAS

Ricardo Nogueira TERRA¹

RESUMO

O presente resumo expandido teve por objetivo relatar as experiências vivenciadas no estágio supervisionado na Educação Infantil do curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS. Utilizou-se da metodologia de observação participante para interagir com o local vivenciado e para coletar os dados relatados. Após percorrer esse caminho metodológico, conclui que o estágio curricular me possibilitou perceber que a prática docente na educação infantil é um processo contínuo relacionado à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Palavras-chave: Componente Curricular; Formação Inicial; Cuidado e Educação.

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência trata-se da prática vivenciada no estágio supervisionado na Educação Infantil do curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS. A carga horária de 140 horas, dividida em 84 horas de observação e 56 de regência, foi cumprida no período de junho a julho de 2025, em um Centro Educacional Municipal de Educação Infantil (CEMEI), situado no Sul de Minas Gerais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, a formação do pedagogo exige o cumprimento obrigatório de 400 horas de estágio supervisionado, distribuídas da seguinte forma: 140 horas para a Educação Infantil, 80 horas para o Ensino Fundamental de 1º ao 3º ano, 80 horas para o Ensino Fundamental de 4º e 5º ano, 40 horas para a EJA anos iniciais/Normal de nível médio e, por fim, 60 horas de gestão escolar.

A importância do presente artigo que teve por objetivo relatar as experiências vivenciadas no estágio supervisionado na Educação Infantil do curso de Pedagogia do IFSULDEMINAS, justifica-se devido ao fato de ser nessa fase, que nós licenciandos, temos a oportunidade de vivenciar a realidade educacional para a qual estamos sendo formados. Por conseguinte, é a partir do estágio que iremos constatar se queremos ou não exercer a docência ao longo de nossas vidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Teoricamente, em uma primeira análise, ao lançar olhares para o percurso histórico da Educação Infantil no Brasil, percebe-se que ela está diretamente atrelada à economia e ao assistencialismo da classe trabalhadora. Anterior ao avanço legislativo trazido pela Lei de

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD - IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho.
ricardoterracs@gmail.com

nº9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB/1996), a educação infantil era oferecida como suporte básico às famílias trabalhadoras que possuíam crianças (Carneiro, 2024).

O cuidado concedido à educação infantil na perspectiva do assistencialismo prioriza a assistência em detrimento da formação educacional adequada, cujo foco está em atender as necessidades imediatas das crianças de famílias trabalhadoras, como higiene pessoal e alimentação. Carneiro (2024) e Marcolino e Dias (2024) criticam esse modelo educacional destacando a importância de promover uma educação para além do assistencialismo.

Depois do reconhecimento legal, possibilitado pela LDB/1996, da educação infantil como integrante da educação escolar, e após o reconhecimento das creches como instituições de ensino e não mais apenas de cuidados assistenciais, a prática docente com crianças, principalmente de zero a três anos, foi reorganizada para garantir o desenvolvimento da autonomia infantil. Além disso, recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica destinada às crianças de 0 a 5 anos e apresenta como seus objetivos: o desenvolvimento integral da criança em suas dimensões cognitiva, social, emocional e física; a valorização da interação e da brincadeira; o currículo flexível; e o acompanhamento e a avaliação (Brasil, 2018). Desse modo, evidencia-se a responsabilidade de nós, futuros professores, em ofertar às crianças de 0 a 3 anos não apenas o “cuidar”, mas também o “educar”, por meio de práticas pedagógicas que promovam durante as rotinas o seu desenvolvimento integral e autônomo.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização das etapas a seguir descritas, utilizou-se do método de observação participante, que de acordo com Minayo (2007, p.70) “sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a consideram não apenas uma estratégia no conjunto da investigação das técnicas de pesquisa, mas como um método que, em si mesmo, permite a compreensão da realidade”.

Para a realização do estágio adotou-se como procedimento metodológico as quatro etapas a seguir descritas: 63 horas de observação da estrutura física, da rotina das crianças bem pequenas, do corpo docente e das práticas pedagógicas utilizadas no mês de junho de 2025; seguidas de 35 horas destinadas para a elaboração do relatório de observação e dos planos de aulas utilizados na regência/prática docente; acompanhadas por 28 horas de intervenção, realizadas no período de 24 de junho a 02 de julho de 2025. E por fim, as 14 horas de elaboração do relatório crítico e reflexivo do estágio, que possibilitou a materialização do presente relato. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados/informações utilizadas na seção foi o diário de bordo onde foram anotadas as observações aqui evidenciadas.

4. RELATO DA EXPERIÊNCIA

De acordo com Rodrigues (2013, p.1009) “reconhecemos quatro diferentes vozes que estão envolvidas diretamente nos estágios supervisionados de ensino”. “A primeira voz é a legal”, regida pela legislação vigente sobre o estágio, conforme evidenciada na introdução. A segunda voz é a dos pensadores “teóricos” utilizados para referenciar as discussões realizadas no decorrer desse relato. A terceira voz é a minha, enquanto “aluno matriculado na disciplina de estágio” do curso de Pedagogia e que utilizou da relação dialógica com a última voz envolvida diretamente no estágio, sendo essa a da “professora que recebe e supervisiona o estagiário na escola”. Frente a essas vozes descreverei a seguir como as 63 horas de observação participante me prepararam para a prática docente/regência.

Por meio das relações com as 16 crianças bem pequenas do berçário I e com a professora supervisora, pude observar questões importantes que me auxiliaram na prática docente e na elaboração dos planos de aulas. Entre elas: a importância da rotina de cuidado das crianças, em especial o momento da higiene pessoal, da alimentação e do descanso; a diversificação de atividades pedagógicas realizadas cotidianamente, o tempo destinado para cada atividade e recursos didáticos utilizados. E é claro, não menos importante, a vivência do dilema teórico entre a integração do cuidado com a educação, como pressupostos essenciais de uma educação infantil de qualidade, condição sine qua non para a garantia dos direitos fundamentais das crianças pequenas.

Vivenciar as observações relatadas foram premissas fundantes para o meu processo formativo, além de ter contribuído para o resultado satisfatório na confecção dos planos de aulas e nas 28 horas de regência. Nas minhas atuações como mediador pedagógico busquei assegurar as crianças bem pequenas os direitos de conviver, brincar, participar, explorar e expressar, por meio de atividades lúdicas e interativas, como o objetivo de promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais.

Os recursos didáticos utilizados nas relações pedagógicas foram: brinquedos estruturados, como bonecas, carrinhos, pelúcia e etc, utilizados nas brincadeiras de faz de conta; o cachorro de papelão, utilizado na contação da história “Mordida Não, Napoleão”, de autoria de Joyce Rosset; a caixa de som, utilizada nas atividades de desenvolvimento psicomotor; os brinquedos não estruturados, sendo eles: cones, rolos e objetos de uso cotidiano; giz de cera e cartolinhas dispostas no chão, para a criação de um espaço onde as crianças pudessem expressar seus sentimentos e ideias artísticas de forma livre e criativa. E, por fim, o recurso didático denominado caixinha da chamada, que continha as imagens de todos os alunos.

Ao relatar as vivências supracitadas e em diálogo com o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, proposto por Lev Semionovitch Vygotsky (2007), podendo esse ser considerado como o espaço entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento

potencial, pude refletir criticamente que o estágio supervisionado me possibilitou o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Anterior ao estágio, não tinha conhecimento/noção de como mediar práticas pedagógicas que envolviam o cuidar e o educar no desenvolvimento das crianças bem pequenas. Contudo, a obrigatoriedade de realizar o estágio e as regências, permitiu que eu interagisse com a professora supervisora, contribuindo assim para o desenvolvimento das práticas pedagógicas relatadas.

5. CONCLUSÃO

O estágio supervisionado na Educação Infantil me possibilitou transformar conhecimentos teóricos e curriculares em práticas pedagógicas, bem como perceber e avaliar os aspectos eficazes e aqueles que necessitam de melhoria nas estratégias de ensino adotadas. Em última análise, o estágio me fez compreender que a prática docente na educação infantil é um processo contínuo de aprendizado, que exige de nós, futuros professores, uma postura reflexiva, crítica e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças. Estou certo de que as experiências vivenciadas durante esse estágio foram e serão fundamentais para a minha prática docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília; 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 10/07/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acessado em: 03/06/2025.

CARNEIRO, M. A. B. Educação Infantil e Políticas Públicas no Brasil: visões e reflexões. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14325>. Acessado em: 03/06/2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - CAMPUS MUZAMBINHO. Guia Regulamento de Estágio Obrigatório. Disponível em: <https://pedagogia.ava.if sul deminas.edu.br/course/view.php?id=21>. Acesso em: 20/07/2025.

MARCOLINO, S., DIAS, A. A. O cuidado em comunidades de pesca: reflexões sobre e para o currículo da Educação Infantil. **Educar Em Revista**, Curitiba, v. 40, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.88547>. Acessado: 03/06/2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

RODRIGUES, M. A. Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado. **Revista Brasileira De Educação**, [Internet]. v. 18, n. 55, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000400011>. Acessado em: 03/06/2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos

superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.